

Função Fraterna, livro organizado por Maria Rita Kehl, é composto por artigos de diferentes autores, sendo o resultado do trabalho de um grupo de psicanalistas brasileiros, empenhados na discussão teórica que problematiza a função paterna e introduz a função do semelhante, tanto no que diz respeito à constituição subjetiva quanto à formação do laço social. As reflexões sobre esse tema foram apresentadas no I Congresso Latino-Americano dos Estados Gerais da Psicanálise em novembro de 1999, na cidade de São Paulo.

O conceito de função fraterna nasce no bojo dos impasses da contemporaneidade. É discussão corrente nos meios psicanalíticos a suposição de que estaríamos nos defrontando na atualidade com a derrocada da função paterna. Essa constatação, traria conseqüências nefastas tanto do ponto de vista da constituição do sujeito quanto do pacto civilizatório, ameaçado de desintegração pela perversão dos laços sociais

Na introdução ao livro, Maria Rita Kehl esclarece ao leitor que emprega a expressão função fraterna por duas razões importantes: o termo *função*

Fraternidade: destino possível para o mal-estar inevitável

Resenha de Maria Rita Kehl (org.), *Função Fraterna*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2000, 244 p.

diz respeito ao caráter necessário da participação do semelhante no processo de constituição do sujeito e a palavra *fraterna* foi empregada com o propósito de trazer de volta ao debate psicanalítico a idéia de *fratria*. Idéia esta que, segundo ela, ficou relegada a um lugar "quase maldito" devido às associações estabelecidas entre massa e fratria, a partir do texto de Freud *Psicologia das Massas e Análise do Eu* e ainda entre fratria e criminalidade, no texto *Totem e Tabu*.

Torna-se importante salientar, aqui, que a autora estabelece uma diferença entre igualdade e fraternidade para marcar que "a condição fundamental da convivência fraterna é a semelhança na diferença" (p. 32).

Ao examinar a função do irmão na constituição do sujeito, a autora retoma o lugar dos irmãos na teoria psicanalítica —, lembrando-nos que em Freud os irmãos rivalizam entre si pelo amor dos pais, ao qual

almejam com exclusividade. Na teorização lacaniana o aspecto determinante dos ciúmes e da rivalidade entre irmãos é a identificação, o que coloca o outro semelhante como rival em relação à própria imagem narcísica do sujeito.

Para fundamentar o conceito de função fraterna, a autora apoia-se principalmente nos textos onde Lacan teoriza o complexo fraterno e o estágio do espelho. Nesta perspectiva a função fraterna se refere à entrada do outro semelhante, encarnado primeiramente pelos irmãos, no campo narcísico da criança e que contribui para a estruturação do eu. Essa intrusão do semelhante, segundo Maria Rita Kehl, confronta o pequeno sujeito humano com "a máxima semelhança e a inevitável diferença" (p. 36), permitindo

do uma reelaboração da relação especular que arranca o sujeito da ilusão alienante de que pode ser idêntico ao eu ideal. Desse modo, opera-se um deslocamento do ideal paterno, lançando o sujeito em direção a outras possibilidades identificatórias.

Maria Rita Kehl considera a adolescência um momento privilegiado para as formações fraternas. Os laços de amizade e cumplicidade estabelecidos nesse período permitem aos adolescentes compartilharem experiências através das quais questionam verdades absolutas. Assim, relativizam o poder da palavra paterna e das verdades veiculadas como inquestionáveis pela cultura, possibilitando a criação de novas formas de linguagem e/ou fatos sociais.

A autora marca ainda uma diferença entre a função do semelhante na constituição do eu e a participação da fratria na constituição da função paterna. Diferença esta, que vai se afirmando ao leitor no decorrer dos artigos. Cada um dos autores retoma o mito freudiano descrito em *Totem e Tabu*, para lembrar-nos que a Lei simbólica só se instaura a partir do assassinato, perpetrado pelos irmãos, contra o pai da horda primitiva.

O desamparo e a culpa gerados pelo crime cometido intensifica os laços fraternos levando os irmãos a instituírem o pacto civilizatório. Ao transgredir a lei arbitrária do desejo do pai tirânico, os irmãos criam uma outra lei, desencarnada e à qual todos estão submetidos. A lei do tabu do incesto, que ao mesmo tempo interdita o gozo e

permite o prazer, exige de cada um o compromisso de renunciar a uma parte da própria satisfação pulsional em troca dos benefícios da convivência em sociedade. Deste ponto de vista, são os irmãos que fundam a função paterna e sustentam a lei simbólica, proibindo-se agora o que antes desejavam. Portanto, fazer operar a função paterna é trabalho dos irmãos.

A criação de um ideal coletivo, representante simbólico do pai morto, possibilita aos irmãos confrontarem-se com suas diferenças.

A importância de teorizar a função fraterna reside na possibilidade de ampliação de um campo identificatório horizontal que desloca o sujeito da identificação ao ideal paterno, sem no entanto menosprezá-la.

Essa horizontalidade propicia que os sujeitos se reconheçam nas suas semelhanças e diferenças e constituam outros ideais, num movimento permanente de recriação da cultura.

Para que o leitor não se confunda, sublinho que os autores não estão propondo substituir a função paterna pela função fraterna. Maria Rita Kehl esclarece que a função fraterna faz "suplência à paterna, na medida em que possibilita separar a lei da autoridade do pai real" (p. 39).

Os artigos estão agrupados em dois subtítulos: "Fraternidade e instituições democráticas" e "Fraternidade e a produção da cultura".

Na primeira parte do livro, em "Reflexões sobre a instituição psicanalítica na contemporaneidade", o leitor se depara com um interessante artigo escrito por três psicanalistas: Ana Elizabeth Cavalcanti, Cármen Cardoso e Paulina Schmidtbauer Rocha, que pretendem "pensar nas possibilidades de construção de instituições mais fraternas e democráticas e, simultaneamente, mais produtivas e criativas" (p. 112), incluindo também as dificuldades institucionais que podem opor-se a essas práticas. Elas desenvolvem essa proposta a partir de uma análise dos movimentos institucionais e da reflexão sobre o projeto de formação psicanalítica do Círculo Psicanalítico de Pernambuco, ao qual são filiadas.

Ana Maria Medeiros Costa, em seu trabalho "Autoridade e legitimidade", aborda de maneira densa as questões sobre a autorização e os suportes sociais que a legitimam.

No artigo "Psicanálise, modernidade e fraternidade", Leandro de Lajonquière problematiza a função do pai e da fratria, contextualizando historicamente os lugares da família patriarcal, da escola e dos ideais revolucionários franceses do final do século XVIII. Estabelece uma distinção impor-

tante entre a função paterna, supostamente em falência na atualidade, e a *imago* paterna. Para tanto, analisa os aspectos do declínio social da figura do pai enquanto suporte da lei simbólica e as consequências destes para o indivíduo moderno.

O autor se propõe a pensar novas formas fraternas de reinscrição do pacto civilizatório no cotidiano. Articula de forma consistente os textos socioantropológicos de Freud, fazendo um percurso que vai da horda primitiva à construção de um projeto coletivo na modernidade, fundado em alianças fraternas e que contempla o direito de participação dos sujeitos como cidadãos.

A segunda parte do livro é particularmente interessante, pois os artigos apresentam diferentes modos de operação da função do semelhante no laço social, através de produções culturais da atualidade.

Destaco especialmente o artigo escrito por Maria Rita Kehl

intitulado "A fratria órfã", por abordar um fenômeno cultural musical do nosso tempo que vem se disseminando entre jovens brasileiros, principalmente pobres e negros, e pode ser lido como uma possibilidade sublimatória de luta social. O movimento musical do *rap* crescente na periferia de São Paulo, é entendido pela autora como um esforço civilizatório, onde a fratria apresenta-se como criadora de novos discursos.

Nessa análise, enfoca especificamente o trabalho do grupo Racionais MC'S e a relação destes com seus fãs, que denominam-se proposadamente entre si: *manos*.

As letras de suas músicas rompem com um discurso de opressão e exclusão anteriormente estabelecido, propondo um novo discurso que exalta "o orgulho da raça negra e a lealdade para com os irmãos de etnia e pobreza" (p. 210).

Esse novo discurso, permite restaurar a auto estima e produzir uma mudança de atitude individual, uma vez que oferece um outro lugar identificatório para os negros, diferente daquele servil e inferior, preconizado ao longo dos anos pela tradição brasileira.

Os *rappers* falam e dirigem-se a seu público desde o lugar de semelhantes, eles são manos em relação à mesma origem e às mesmas condições sociais adversas.

No decorrer do texto o leitor é instigado a perguntar-se: Como evitar que um novo discurso produzido para e pelos semelhantes num determinado grupo (e daí, não importa sob que traços os membros de um grupo se considerem irmanados) se cristalice, produzindo a exclusão de outros diferentes? Como evitar que a fratria constituída e irmanada em torno de um novo discurso ou ideal venha a se transformar numa seita ou gangue? Como ampliar as cadeias de identificações horizontais, como alternativa para sair da submissão que a identificação vertical, seja com líderes, grupos ou discursos, novos ou velhos, pode produzir?

Outro artigo onde o leitor se depara com formações fraternas do cenário brasileiro é "Sobre pais e filhos", no qual Luis Cláudio Figueiredo apresenta os percalços e as mazes do processo de democratização no Brasil. Nele, o autor explicita as possibilidades através das quais as formações fraternas podem assumir formas perversas, que se expressam no dia-a-dia dos brasileiros, tanto pela via de nossa tolerância, quanto pela via de nossa cumplicidade com algumas transgressões a que todos

podemos nos entregar, eventualmente, sob determinadas circunstâncias.

Joel Birman, em seu artigo intitulado "Insuficientes, um esforço a mais para sermos irmãos!", destaca que a experiência da fraternidade implica uma dimensão de alteridade. Para ele, a ética da fraternidade enuncia uma concepção de subjetividade que inclui a incompletude, a precariedade, o desamparo estrutural do ser humano, e rompe com a figura moderna da auto-suficiência. Nessa dimensão ética, o outro deixa de ser apenas objeto de gozo, ganhando relevância para o sujeito, que se reconhece não auto-suficiente. O leitor encontrará um bálsamo nesse artigo, onde o autor analisa três produções cinematográficas que reintroduzem as referências à fraternidade, atualmente tão apagadas pelo imperativo cotidiano ao gozo imediato. Imperativo engendrado no interior da chamada cultura do narcisismo.

O filme "Uma história verdadeira", dirigido por David Lynch, ressalta o restabelecimento do laço fraternal entre irmãos de sangue que estavam brigados. Birman sublinha que a fraternidade emerge como experiência nessa história, através da figura da velhice. Diante da possibilidade da perda, imposta pela proximidade com a morte, a fragilidade se reinstaura, permitindo aos irmãos retomarem o contato.

Em "Tudo sobre minha mãe" de Pedro Almodóvar, a experiência fraterna se apresenta pela via do feminino que se caracteriza pelo cuidado com o outro.

Na história, estabelece-se uma rede solidária entre figuras femininas, sejam mulheres ou travestis, que inclui a dimensão alteritária, como traço fundamental do laço fraterno.

No filme de Sören Jakobsen, intitulado "Mifune", o suporte para o laço fraterno se presentifica na figura da loucura.

Birman considera essas narrativas um esforço efetivo para recolocar em cena o laço fraterno como forma fundamental de existência.

Sugiro que o leitor se detenha também no prefácio, onde Jurandir Freire Costa considera que os fundamentos para teorizar o conceito de função fraterna encontram-se nas "mudanças do perfil clínico dos sujeitos" (p. 9).

O autor questiona os modelos teóricos do recalque e do conflito pulsional, centrais na teoria freudiana, considerando-os insuficientes para dar conta dos impasses colocados pela clínica psicanalítica contemporânea. A partir desse questionamento, ele propõe repensar a clínica através da releitura que Winnicott faz da metapsicologia

freudiana e que permite um entendimento diferente das relações entre a lei paterna e as pulsões. Segundo Jurandir Freire Costa, "na leitura de origem freudiana, a função do poder é a repressão dos excessos pulsionais, donde a importância da interdição; na de origem winnicottiana, o poder se revela na capacidade do ambiente de tolerar, sem revide, o ímpeto das pulsões, dirigindo-o para a expansão da criatividade" (p. 18).

Para o autor, essa perspectiva de leitura amplia as possibilidades de manejo clínico e redimensiona a função da cultura, assim como, relativiza a importância da função do pai na psicanálise.

Ao longo do livro, os autores deixam bastante claro que a fraternidade equilibra-se sobre um acordo frágil, ameaçado constantemente por forças em conflito. A inveja e a rivalidade, nunca totalmente solucionadas, concorrem para o esfacelamento dos ideais, valores e normas que sustentam os acordos sociais. No entanto, o leitor é levado a concluir que é somente através do estabelecimento de laços fraternos onde os sujeitos se reconhecem nas suas semelhanças e diferenças que se torna possível encontrar saídas mais criativas para o mal-estar civilizatório, legado inevitável de nossa condição humana. Nesse sentido, o livro é um convite à reflexão sobre o trabalho civilizatório incessante e necessário para tornar possível a convivência entre humanos.

Função Fraterna nos apresenta, dentro do campo psicanalítico atual, uma discussão vigorosa sobre os problemas que ligam os laços sociais e a cultura.

Ana Lúcia Panachão é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.